



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 14 / 07 / 1998
C	<i>Otacílio</i>
	Rubrica

**Processo :** 10820.000763/95-11**Acórdão :** 203-03.573**Sessão :** 15 de outubro de 1997**Recurso :** 101.819**Recorrente :** JURUENA AGROPECUÁRIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.**Recorrida :** DRJ em Ribeirão Preto - SP

**ITR - LANÇAMENTO** - Imposto lançado com base em Valor da Terra Nua mínimo - VTNm, nos termos da Lei nº 8.847/94 e da IN SRF nº 16/95. Argumentos desprovidos de provas. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**JURUENA AGROPECUÁRIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.**

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Daniel Corrêa Homem de Carvalho.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1997

**Otacílio Dantas Cartaxo**  
**Presidente**

**Ricardo Leite Rodrigues**  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros F. Maurício R. de Albuquerque Silva, Francisco Sérgio Nalini, Renato Scalco Isquierdo, Mauro Wasilewski e Sebastião Borges Taquary.

/OVRS/GB/CF



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo :** 10820.000763/95-11

**Acórdão :** 203-03.573

**Recurso :** 101.819

**Recorrente :** JURUENA AGROPECUÁRIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.

## RELATÓRIO

A contribuinte acima identificada foi notificada a pagar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR/94 e Contribuições, no valor de 19.212,01 UFIRs, incidentes sobre o imóvel rural denominado Fazenda São Domingos, com área de 8.524,1ha, localizado no Município de Ribas do Rio Pardo - MS, inscrito na Receita Federal sob o nº 0753459.0.

Em impugnação tempestiva a notificada alega única e exclusivamente que o imposto restou majorado devido a Lei nº 8.847/94 e que esta foi editada neste mesmo exercício, havendo um desrespeito flagrante ao princípio constitucional da irretroatividade das leis tributárias, logo, o lançamento questionado deverá ser anulado.

O Delegado da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto - SP tomou conhecimento da impugnação interposta, julgando-a improcedente e ementando assim sua decisão:

**“ANULAÇÃO DE LANÇAMENTO - ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE** - A instância administrativa não possui competência para se manifestar sobre a constitucionalidade das leis, assim, mantém-se o lançamento.”

Insurgindo contra a decisão prolatada em primeira instância administrativa, a recorrente interpôs Recurso de fls. 13/118, que, pela intensidade de seus argumentos, será lido aos Senhores Conselheiros.

Intimada a se manifestar sobre o recurso interposto pela contribuinte, a Procuradoria da Fazenda Nacional apresentou suas contra-razões, propugnando pela manutenção da decisão recorrida.

É o relatório.



**Processo :** 10820.000763/95-11  
**Acórdão :** 203-03.573

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR RICARDO LEITE RODRIGUES

A primeira questão abordada pela recorrente gira em torno da inaplicabilidade da Lei nº 8.847/94 e de esta ir de encontro ao princípio da anterioridade da lei.

Nesta Câmara, por diversas vezes, este tema foi abordado e já é pacífico o entendimento de que esta lei foi aplicada de maneira correta, senão vejamos:

A Medida Provisória nº 399, de 29 de dezembro de 1993, em seu art. 1º, explicitava quais eram as condições da ocorrência do fato gerador, por outro lado, o artigo 3º determinava que a base de cálculo do ITR era o Valor da Terra Nua - VTN apurado em 31 de dezembro do exercício anterior.

O Código Tributário Nacional - CTN, no seu artigo 114, define que o fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente para sua ocorrência.

Por sua vez, o artigo 62 da CF/88 dá força de lei às medidas provisórias adotadas pela Presidência da República, *verbis*:

“Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.”

A medida provisória foi convertida em lei em janeiro de 1994, ou seja, a Lei nº 8.847, publicada em 29 de janeiro de 1994.

Logo, não há que se falar em inaplicabilidade da lei acima citada.

Também afasta-se o argumento de não-observância do princípio constitucional da anterioridade, pois, como afirma a autoridade singular, o dispositivo legal teve termo de regência anterior ao exercício financeiro do fato gerador.

A segunda alegação da contribuinte diz respeito à não aplicação do VTNm constante da IN SRF nº 16/95, pois, segundo ela, conforme tabela constante desta instrução, estes valores não poderiam ser aplicados. Com relação ao VTNm aplicado, a contribuinte alega que este não poderia ser utilizado pois a IN SRF nº 16/95, onde se encontra a tabela dos VTNm, somente foi publicada em 29 de março de 1995, logo, não serviria de referência para o ITR/94.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**Processo :** 10820.000763/95-11**Acórdão :** 203-03.573

Mais uma vez, entendo não caber razão à recorrente, porque estes valores (VTNm) foram apresentados em 1995, porém, foram levantados levando-se em conta o ocorrido em 31 de dezembro de 1993, ademais, eles podem ser contestados através de laudo, caso a contribuinte não concorde, logo, o VTNm aplicado é legal.

Finalmente, no tocante às contribuições, as argumentações apresentadas pela contribuinte carecem de embasamento legal, pois a CF/88 manteve expressamente a cobrança destas, quando, em seu artigo 10, parágrafo 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, estabelece que, até posterior disposição de lei, a cobrança das contribuições para o custeio das atividades dos sindicatos rurais será feita juntamente com a do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, pelo mesmo órgão arrecadador.

Pelo acima exposto, conheço do recurso por tempestivo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1997

  
RICARDO LEITE RODRIGUES